



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

CAMPUS SÃO PAULO

GRANDE ÁREA	EDUCAÇÃO	
ÁREA DE AVALIAÇÃO:	ENSINO-APRENDIZAGEM	70804001

**Projeto do Curso de Especialização Pós Graduação *Lato Sensu* em Formação Continuada
de Professores
(ênfase na Educação Básica)**

CURSO PRESENCIAL

**São Paulo
2º Semestre / 2011**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Roussef

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eliezer Moreira Pacheco

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO

Arnaldo Augusto Ciquielo Borges

PRÓ REITORA DE ENSINO

Lourdes de Fátima Bezerra Carril

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Yoshikazu Suzumura Filho

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Gersony Tonini Pinto

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

João Sinohara da Silva Sousa

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Garabed Kenchian

DIRETOR DO *CAMPUS* SÃO PAULO

Carlos Alberto Vieira

Concepção e redação do plano de curso:

Diretoria de Formação Geral do *campus* São Paulo

Assessoria de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação do *campus* São Paulo

Colaboradores:

Professores do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Formação de Professores

Prof. Dr. Armando Traldi Jr.

Prof.^ª. Dra. Delacir A. Ramos Poloni

Prof. Dr. Ricardo Roberto Plaza Teixeira

Prof. Dr. José Guilherme de Almeida

Prof. Dr. Diamantino Trindade

Profa. Ms. Diva Valério Novaes

Prof.Ms. Marco Antonio Grillo

Profa.Ms.Marli Escudeiro

Profa. Dra. Wania Tedeschi

INDICE

1	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE	5
2	HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	6
2.1	A Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo	8
2.2	O Liceu Industrial de São Paulo:.....	9
2.3	A Escola Industrial de São Paulo e a Escola Técnica de São Paulo	9
2.4	A Escola Técnica Federal de São Paulo.....	11
2.5	O Centro Federal de Educação,Ciência e Tecnologia de São Paulo	12
2.7	Histórico do <i>Campus</i>	15
3	JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO.....	17
4	OBJETIVOS	18
a.	Objetivo Geral	18
b.	Objetivos Específicos.....	18
5	PÚBLICO-ALVO	19
6	CONCEPÇÃO DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	19
7	COORDENAÇÃO	22
	Fundamentos Epistemológicos da Formação de Professores	23
9	PERÍODO E PERIODICIDADE	24
11	Corpo Docente	44
12	METODOLOGIA	45
13	INTERDISCIPLINARIDADE.....	46
14	TECNOLOGIA	47
15	INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	47

1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

SIGLA: IFSP

CNPJ: 10.882.594/0002-46

NATUREZA JURÍDICA: Autarquia Federal

VINCULAÇÃO: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

ENDEREÇO: Rua Pedro Vicente, 625 – Canindé - São Paulo/Capital

CEP: 01109-010

TELEFONES: (11) 2763-7500 (PABX) / 2763-7561 (Diretoria)

FACSIMILE: (11) 2763-7650

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: <http://spo.ifsp.edu.br>

DADOS SIAFI: UG: 158270

GESTÃO: 26439

NORMA DE CRIAÇÃO: Lei nº. 8.948 de 08/12/1994

FINALIDADE: Formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino para os diversos setores da economia, realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

NORMAS QUE ESTABELEECERAM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADOTADA NO PERÍODO: Portaria Ministerial nº 851 de 26/05/1999

FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE: Educação

2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

Historicamente, a educação brasileira passa a ser referência para o desenvolvimento de projetos econômico-sociais, principalmente, a partir do avanço da industrialização pós-1930.

Nesse contexto, a escola como o lugar da aquisição do conhecimento passa a ser esperança de uma vida melhor, sobretudo, no avanço da urbanização que se processa no país. Apesar de uma oferta reduzida de vagas escolares, nem sempre a inserção do aluno significou a continuidade, marcando a evasão como elemento destacado das dificuldades de sobrevivência dentro da dinâmica educacional brasileira, além de uma precária qualificação profissional.

Na década de 1960, a internacionalização do capital multinacional nos grandes centros urbanos do Centro Sul acabou por fomentar a ampliação de vagas para a escola fundamental. O projeto tinha como princípio básico fornecer algumas habilidades necessárias para a expansão do setor produtivo, agora identificado com a produção de bens de consumo duráveis.

Na medida em que a popularização da escola pública se fortaleceu, as questões referentes à interrupção do processo de escolaridade também se evidenciaram, mesmo porque havia um contexto de estrutura econômica que, de um lado, apontava para a rapidez do processo produtivo e, por outro, não assegurava melhorias das condições de vida e nem mesmo indicava mecanismos de permanência do estudante, numa perspectiva formativa.

A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional – LDB 5692/71, de certa maneira, tentou obscurecer esse processo, transformando a escola de nível fundamental num primeiro grau de oito anos, além da criação do segundo grau como definidor do caminho à profissionalização. No que se referia a esse último grau de ensino, a oferta de vagas não era suficiente para a expansão da escolaridade da classe média que almejava um mecanismo de acesso à universidade.

Nesse sentido, as vagas não contemplavam toda a demanda social e o que de fato ocorria era uma exclusão das camadas populares. Em termos educacionais, o período caracterizou-se pela privatização do ensino, institucionalização do ensino “pseudo-profissionalizante” e demasiado tecnicismo pedagógico.

Deve-se levar em conta que o modelo educacional brasileiro historicamente não valorizou a profissionalização visto que as carreiras de ensino superior é que eram reconhecidas socialmente no âmbito profissional. Este fato foi reforçado por uma industrialização dependente e tardia que não desenvolvia segmentos de tecnologia avançada e, conseqüentemente, por um contingente de força de trabalho que não requeria senão princípios básicos de leitura e aritmética

destinados, apenas, aos setores instalados nos centros urbano-industriais, prioritariamente no centro-sul.

A partir da década de 1970, entretanto, a ampliação da oferta de vagas em cursos profissionalizantes apontava um novo estágio da industrialização brasileira ao mesmo tempo em que privilegiava a educação privada em nível de terceiro grau.

Mais uma vez, colocava-se o segundo grau numa condição intermediária sem terminalidade profissional e destinado às camadas mais favorecidas da população. É importante destacar que a pressão social por vagas nas escolas, na década de 1980, explicitava essa política.

O aprofundamento da inserção do Brasil na economia mundial trouxe o acirramento da busca de oportunidades por parte da classe trabalhadora que via perderem-se os ganhos anteriores, do ponto de vista da obtenção de um posto de trabalho regular e da escola como formativa para as novas demandas do mercado.

Esse processo se refletiu no desemprego em massa constatado na década de 1990, quando se constitui o grande contingente de trabalhadores na informalidade, a flexibilização da economia e a consolidação do neoliberalismo. Acompanharam esse movimento a migração intraurbana, a formação de novas periferias e a precarização da estrutura educacional no país.

As Escolas Técnicas Federais surgiram num contexto histórico em que a industrialização sequer havia se consolidado no país. Entretanto, indicou uma tradição que formava o artífice para as atividades prioritárias no setor secundário.

Durante toda a evolução da economia brasileira e sua vinculação com as transformações postas pela Divisão Internacional do Trabalho, essa escola teve participação marcante e distinguiu seus alunos dos demais candidatos, tanto no mercado de trabalho, quanto na universidade.

Contudo, foi a partir de 1953 que se iniciou um processo de reconhecimento do ensino profissionalizante como formação adequada para a universidade. Esse aspecto foi reiterado em 1959 com a criação das escolas técnicas e consolidado com a LDB 4024/61. Nessa perspectiva, até a LDB 9394/96, o ensino técnico equivalente ao ensino médio foi reconhecido como acesso ao ensino superior. Essa situação se rompe com o Decreto 2208/96 que é refutado a partir de 2005 quando se assume novamente o ensino médio técnico integrado.

Nesse percurso histórico, pode-se perceber que o IFSP, nas suas várias caracterizações (Escolas de Artífices, Escola Técnica, CEFET e Escolas Agrotécnicas), assegurou a oferta de trabalhadores qualificados para o mercado, bem como se transformou numa escola integrada no nível técnico, valorizando o ensino superior e, ao mesmo tempo, oferecendo oportunidades para aqueles que, injustamente, não conseguiram acompanhar a escolaridade regular.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP foi instituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mas, para abordarmos a sua criação, devemos observar como o IF foi construído historicamente, partindo da Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo, o Liceu Industrial de São Paulo, a Escola Industrial de São Paulo e Escola Técnica de São Paulo, a Escola Técnica Federal de São Paulo e o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo.

2.1 A Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo

A criação dos atuais Institutos Federais se deu pelo Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, com a denominação de Escola de Aprendizes e Artífices, então localizadas nas capitais dos estados existentes, destinando-as a propiciar o ensino primário profissional gratuito (FONSECA, 1986). Este decreto representou o marco inicial das atividades do governo federal no campo do ensino dos ofícios e determinava que a responsabilidade pela fiscalização e manutenção das escolas seria de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Na Capital do Estado de São Paulo, o início do funcionamento da escola ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1910¹, instalada precariamente num barracão improvisado na Avenida Tiradentes, sendo transferida, alguns meses depois, para as instalações no bairro de Santa Cecília, à Rua General Júlio Marcondes Salgado, 234, lá permanecendo até o final de 1975². Os primeiros cursos oferecidos foram de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas (FONSECA, 1986).

O contexto industrial da Cidade de São Paulo, provavelmente aliado à competição com o Liceu de Artes e Ofícios, também na Capital do Estado, levou a adaptação de suas oficinas para o atendimento de exigências fabris não comuns na grande maioria das escolas dos outros Estados. Assim, a escola de São Paulo, foi das poucas que ofereceram desde seu início de funcionamento os cursos de tornearia, eletricidade e mecânica e não ofertaram os ofícios de sapateiro e alfaiate comuns nas demais.

Nova mudança ocorreu com a aprovação do Decreto nº 24.558, de 03 de julho de 1934, que expediu outro regulamento para o ensino industrial, transformando a inspetoria em superintendência.

¹ A data de 24 de fevereiro é a constante na obra de FONSECA (1986).

² A respeito da localização da escola, foram encontrados indícios nos prontuário funcionais de dois de seus ex-diretores, de que teria, também, ocupado instalações da atual Avenida Brigadeiro Luis Antonio, na cidade de São Paulo.

2.2. O Liceu Industrial de São Paulo³:

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937, disciplinada pela Lei nº 378, de 13 de janeiro, que regulamentou o recém-denominado Ministério da Educação e Saúde. Na área educacional, foi criado o Departamento Nacional da Educação que, por sua vez, foi estruturado em oito divisões de ensino: primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física (Lei nº 378, 1937).

A nova denominação, de Liceu Industrial de São Paulo, perdurou até o ano de 1942, quando o Presidente Getúlio Vargas, já em sua terceira gestão no governo federal (10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945), baixou o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro, definindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial que preparou novas mudanças para o ensino profissional.

2.3. A Escola Industrial de São Paulo e a Escola Técnica de São Paulo

Em 30 de janeiro de 1942, foi baixado o Decreto-Lei nº 4.073, introduzindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial e implicando a decisão governamental de realizar profundas alterações na organização do ensino técnico. Foi a partir dessa reforma que o ensino técnico industrial passou a ser organizado como um sistema, passando a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MATIAS, 2004).

Esta norma legal foi, juntamente com as Leis Orgânicas do Ensino Comercial (1943) e Ensino Agrícola (1946), a responsável pela organização da educação de caráter profissional no país. Neste quadro, também conhecido como Reforma Capanema, o Decreto-Lei 4.073, traria “unidade de organização em todo território nacional”. Até então, “a União se limitara, apenas, a regulamentar as escolas federais”, enquanto as demais, “estaduais, municipais ou particulares regiam-se pelas próprias normas ou, conforme os casos, obedeciam a uma regulamentação de caráter regional” (FONSECA, 1986).

No momento em que o Decreto-Lei nº 4.073, de 1942 passava a considerar a classificação das escolas em técnicas, industriais, artesanais ou de aprendizagem, estava criada uma nova situação indutora de adaptações das instituições de ensino profissional e, por conta desta necessidade de adaptação, foram se seguindo outras determinações definidas por disposições transitórias para a execução do disposto na Lei Orgânica.

A primeira disposição foi enunciada pelo Decreto-Lei nº 8.673, de 03 de fevereiro de 1942, que regulamentava o Quadro dos Cursos do Ensino Industrial, esclarecendo aspectos

³ Apesar da Lei nº 378 determinar que as Escolas de Aprendizes Artífices seriam transformadas em Liceus, na documentação encontrada no CEFET-SP o nome encontrado foi o de Liceu Industrial, conforme verificamos no Anexo II.

diversos dos cursos industriais, dos cursos de mestría e, também, dos cursos técnicos. A segunda, pelo Decreto 4.119, de 21 de fevereiro de 1942, determinava que os estabelecimentos federais de ensino industrial passariam à categoria de escolas técnicas ou de escolas industriais e definia, ainda, prazo até 31 de dezembro daquele ano para a adaptação aos preceitos fixados pela Lei Orgânica.

Pouco depois, era a vez do Decreto-Lei nº 4.127, assinado em 25 de fevereiro de 1942, que estabelecia as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, instituindo as escolas técnicas e as industriais (FONSECA, 1986).

Foi por conta desse último Decreto, de número 4.127, que se deu a criação da Escola Técnica de São Paulo, visando a oferta de cursos técnicos e os cursos pedagógicos, sendo eles das esferas industriais e de mestría, desde que compatíveis com as suas instalações disponíveis, embora ainda não autorizada a funcionar. Instituíu, também, que o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo estaria condicionado à construção de novas e próprias instalações, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições.

Ainda quanto ao aspecto de funcionamento dos cursos considerados técnicos, é preciso mencionar que, pelo Decreto nº 20.593, de 14 de Fevereiro de 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o Curso de Construção de Máquinas e Motores. Outro Decreto de nº 21.609, de 12 de agosto 1946, autorizou o funcionamento de outro curso técnico, o de Pontes e Estradas.

Retornando à questão das diversas denominações do IFSP, apuramos em material documental a existência de menção ao nome de Escola Industrial de São Paulo em raros documentos. Nessa pesquisa, observa-se que a Escola Industrial de São Paulo foi a única transformada em Escola Técnica. As referências aos processos de transformação da Escola Industrial em Escola Técnica apontam que a primeira teria funcionado na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, fato desconhecido pelos pesquisadores da história do IFSP (PINTO, 2008).

Também na condição de Escola Técnica de São Paulo, desta feita no governo do Presidente Juscelino Kubitschek (31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961), foi baixado outro marco legal importante da Instituição. Trata-se da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que determinou sua transformação em entidade autárquica⁴. A mesma legislação, embora de maneira tópica, concedeu maior abertura para a participação dos servidores na condução das políticas administrativa e pedagógica da escola.

⁴ Segundo Meirelles (1994, p. 62 – 63), *apud* Barros Neto (2004), “Entidades autárquicas são pessoas jurídicas de Direito Público, de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica, para a realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal que as criou.”

Importância adicional para o modelo de gestão proposto pela Lei 3.552 foi definida no Decreto nº 52.826, de 14 de novembro de 1963, do presidente João Goulart (24 de janeiro de 1963 a 31 de março de 1964), que autorizou a existência de entidades representativas discentes nas escolas federais, sendo o presidente da entidade eleito por escrutínio secreto e facultada sua participação nos Conselhos Escolares, embora sem direito a voto.

Quanto à localização da escola, dados dão conta de que a ocupação de espaços, durante a existência da escola com as denominações de Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de São Paulo, Escola Industrial de São Paulo e Escola Técnica de São Paulo, ocorreram exclusivamente na Avenida Tiradentes, no início das atividades, e na Rua General Júlio Marcondes Salgado, posteriormente.

2.4. A Escola Técnica Federal de São Paulo

A denominação de Escola Técnica Federal surgiu logo no segundo ano do governo militar, por ato do Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967), incluindo pela primeira vez a expressão federal em seu nome e, desta maneira, tornando clara sua vinculação direta à União.

Essa alteração foi disciplinada pela aprovação da Lei nº. 4.759, de 20 de agosto de 1965, que abrangeu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal.

No ano de 1971, foi celebrado o Acordo Internacional entre a União e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cuja proposta era a criação de Centros de Engenharia de Operação, um deles junto à escola paulista. Embora não autorizado o funcionamento do referido Centro, a Escola Técnica Federal de São Paulo – ETFSP acabou recebendo máquinas e outros equipamentos por conta do acordo.

Ainda com base no mesmo documento, o destaque e o reconhecimento da ETFSP iniciou-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 5.692/71, possibilitando a formação de técnicos com os cursos integrados, (médio e técnico), cuja carga horária, para os quatro anos, era em média de 4.500 horas/aula.

Foi na condição de ETFSP que ocorreu, no dia 23 de setembro de 1976, a mudança para as novas instalações no Bairro do Canindé, na Rua Pedro Vicente, 625. Essa sede ocupava uma área de 60 mil m², dos quais 15 mil m² construídos e 25 mil m² projetados para outras construções.

À medida que a escola ganhava novas condições, outras ocupações surgiram no mundo do trabalho e outros cursos foram criados. Dessa forma, foram implementados os cursos técnicos de Eletrotécnica (1965), de Eletrônica e Telecomunicações (1977) e de Processamento de Dados (1978) que se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

No ano de 1986, pela primeira vez após 23 anos de intervenção militar, professores, servidores administrativos e estudantes participaram diretamente da escolha do diretor, mediante a realização de eleições. Com a finalização do processo eleitoral, os três candidatos mais votados, de um total de seis que concorreram, compuseram a lista tríplice encaminhada ao Ministério da Educação para a definição daquele que seria nomeado.

Foi na primeira gestão eleita (Prof. Antonio Soares Cervila) que houve o início da expansão das unidades descentralizadas da escola - UNEDs, com a criação da primeira do país no município de Cubatão, em 1987. A segunda UNED do Estado de São Paulo principiou seu funcionamento no ano de 1996 na cidade de Sertãozinho, com a oferta de cursos preparatórios e, posteriormente, ainda no mesmo ano, as primeiras turmas do Curso Técnico de Mecânica, desenvolvido de forma integrada ao ensino médio.

2.5. O Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

No primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o financiamento da ampliação e reforma de prédios escolares, aquisição de equipamentos, e capacitação de servidores, no caso das instituições federais, passou a ser realizado com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP (MATIAS, 2004).

Por força de um decreto sem número, de 18 de janeiro de 1999, baixado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (segundo mandato, de 01 de janeiro de 1999 a 01 de janeiro de 2003), oficializou-se a mudança de denominação para Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - CEFETSP.

Ao mesmo tempo, a obtenção do *status* de CEFET propiciou a entrada da Escola no oferecimento de cursos de graduação, em especial, na Unidade de São Paulo, onde, no período compreendido entre 2000 a 2008, foi ofertada a formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, Licenciaturas e Engenharias.

Desta maneira, as peculiaridades da pequena escola criada há quase um século e cuja memória estrutura sua cultura organizacional, majoritariamente desenhada pelos servidores da Unidade São Paulo, foi sendo, nessa década, alterada por força da criação de novas unidades, acarretando a abertura de novas oportunidades na atuação educacional e a discussão quanto aos objetivos de sua função social.

A obrigatoriedade do foco na busca da perfeita sintonia entre os valores e possibilidades da Instituição foi definida para atender às demandas da sociedade em cada localidade onde se inaugurava uma Unidade de Ensino, levando à necessidade de flexibilização da gestão escolar e à construção de novos mecanismos de atuação.

2.6. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

O Brasil vem experimentando, nos últimos anos, um crescimento consistente de sua economia, o que demanda da sociedade uma população com níveis crescentes de escolaridade, educação básica de qualidade e profissionalização. A sociedade começa a reconhecer o valor da educação profissional, por ser patente a sua vinculação ao desenvolvimento econômico.

Um dos propulsores do avanço econômico é a indústria que, para continuar crescendo, necessita de pessoal altamente qualificado: engenheiros, tecnólogos e, principalmente, técnicos de nível médio. O setor primário tem se modernizado, demandando profissionais para manter a produtividade. Essa tendência se observa também no setor de serviços, com o aprimoramento da informática e das tecnologias de comunicação, bem como a expansão do segmento ligado ao turismo.

Se de um lado temos uma crescente demanda por professores e profissionais qualificados, por outro temos uma população que foi historicamente esquecida no que diz respeito ao direito à educação de qualidade e que não teve oportunidade de formação para o trabalho.

Diante da grande necessidade de formação profissional de qualidade, especialmente por parte dos estudantes das classes populares oriundos do ensino médio público e da proporcional baixa oferta de cursos superiores públicos no Estado de São Paulo, o IFSP desempenha um relevante papel na formação de técnicos, tecnólogos, engenheiros, professores, especialistas, mestres e doutores, além de contribuir com a correção de escolaridade regular por meio do PROEJA e PROEJA FIC.

Na concepção de seus cursos, o IFSP prioriza os arranjos produtivos, culturais e educacionais de âmbito regional e local, dimensionando a sua capacidade de oferta em cursos técnicos de nível médio e em graduações nas áreas de licenciaturas, engenharias e tecnologias.

Além da oferta de cursos técnicos de nível médio e de cursos superiores, o IFSP atua tanto na formação inicial e continuada de trabalhadores quanto em nível de pós-graduação e na pesquisa tecnológica.

A Educação Científica e Tecnológica ministrada pelo IFSP é entendida como um conjunto de ações que buscam articular os princípios e aplicações científicas dos conhecimentos tecnológicos à ciência, à técnica, à cultura e às atividades produtivas. Dessa forma, o Instituto promove a cultura do empreendedorismo e do cooperativismo e o desenvolvimento socioeconômico da região de influência de cada *campus* por meio do desenvolvimento de pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e à democratização do conhecimento para a comunidade em todas as suas representações.

Por estas razões, o tipo de formação proporcionada pelo IFSP é aquele entendido como imprescindível para o desenvolvimento social da nação, sem perder de vista os interesses das comunidades locais e suas inserções num mundo cada vez mais definido pelos conhecimentos tecnológicos, integrando o saber e o fazer por meio de uma reflexão crítica das atividades da sociedade atual, em que novos valores reestruturam o ser humano.

Em suma, a educação praticada no IFSP não se restringe a uma formação meramente profissional, mas contribui tanto com a iniciação na ciência, tecnológica e artística quanto promove a aquisição de elementos e instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo.

Com seu primeiro *campus* na cidade de São Paulo, o IFSP conta atualmente com 17 *campi* e 3 *campi* avançados.

Relação dos *campi* do IFSP

<i>Campus</i>	Autorização de Funcionamento	Início
São Paulo	Decreto nº. 7.566, de 23/09/1909	02/1910
Cubatão	Portaria Ministerial nº. 158, de 12/03/1987	04/1987
Sertãozinho	Portaria Ministerial nº. 403, de 30/04/1996	01/1996
Guarulhos	Portaria Ministerial nº. 2.113, de 06/06/2006	02/2006
São João da Boa Vista	Portaria Ministerial nº. 1.715, de 20/12/2006	01/2007
Caraguatatuba	Portaria Ministerial nº. 1.714, de 20/12/2006	02/2007
Bragança Paulista	Portaria Ministerial nº. 1.712, de 20/12/2006	07/2007
Salto	Portaria Ministerial nº. 1.713, de 20/12/2006	08/2007
São Carlos	Portaria Ministerial nº. 1.008, de 29/10/2007	08/2008
São Roque	Portaria Ministerial nº. 710, de 09/06/2008	08/2008
Campos do Jordão	Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010	02/2009
Birigui	Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010	08/2010
Piracicaba	Portaria Ministerial nº. 104, de 29/01/2010	08/2010
Itapetininga	Portaria Ministerial nº. 127, de 29/01/2010	08/2010
Catanduva	Portaria Ministerial nº. 120, de 29/01/2010	08/2010
Araraquara	Portaria Ministerial nº. 1.170, de 21/09/2011	08/2011
Suzano	Portaria Ministerial nº. 1.170, de 21/09/2011	08/2011
Barretos	Portaria Ministerial nº. 1.170, de 21/09/2011	08/2011
Boituva (<i>campus</i> avançado)	Em fase de implantação	08/2011

Capivari (<i>campus</i> avançado)	Em fase de implantação	08/2011
Matão (<i>campus</i> avançado)	Em fase de implantação	08/2011
Avaré	Portaria Ministerial nº. 1.170, de 21/09/2011	02/ 2011
Hortolândia	Portaria Ministerial nº. 1.170, de 21/09/2011	02/ 2011
Registro	Portaria Ministerial nº. 1.170, de 21/09/2011	02/ 2011
Votuporanga	Portaria Ministerial nº. 1.170, de 21/09/2011	02/ 2011
Presidente Epitácio	Portaria Ministerial nº. 1.170, de 21/09/2011	02/ 2011
Campinas	Portaria Ministerial nº. 1.170, de 21/09/2011	02/ 2011

2.7. Histórico do *Campus*

O *Campus* São Paulo tem sua história intimamente relacionada à do próprio IFSP por ter sido a primeira das escolas deste sistema educacional a entrar em funcionamento. Localizado na Rua Pedro Vicente, 625, no Bairro do Canindé, além do desenvolvimento das atividades educacionais, abriga a sede da Reitoria da Instituição.

Seu funcionamento decorreu do Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices e que, com o tempo, compuseram a Rede de Escolas Federais de Ensino Técnico Profissional. O início efetivo de suas atividades ocorreu no ano de 1910 e, em sua trajetória, foram várias as denominações, mantendo, entretanto, a condição de escola pública vinculada à União e, também, o prestígio junto à sociedade paulistana.

Nos primeiros meses de 1910, a escola funcionou provisoriamente em um galpão instalado na Avenida Tiradentes, no Bairro da Luz, sendo transferida no mesmo ano para o bairro de Santa Cecília, à Rua General Júlio Marcondes Salgado, onde permaneceu até a mudança definitiva para o endereço atual, no ano de 1976. Os primeiros cursos foram de Tornearia, Mecânica e Eletricidade, além das oficinas de Carpintaria e Artes Decorativas, sendo o corpo discente composto de quase uma centena de aprendizes.

A partir de 1965, a escola passou a ser Escola Técnica Federal de São Paulo e, em 1999, a Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. Como CEFET-SP, ampliou as suas possibilidades de atuação e seus objetivos oferecendo cursos superiores na Unidade Sede São Paulo, e, entre 2000 a 2008, foram implementados diversos cursos voltados à formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, Licenciaturas e Engenharias.

Transformado o CEFETSP em IFSP, no final de 2008, a antiga Unidade Sede inicia uma nova fase de sua história. Como o maior *campus* do Instituto, a escola privilegia a oferta de várias modalidades e níveis de formação, de cursos técnicos de nível médio a licenciaturas, graduações na área tecnológica e pós-graduações.

O *campus* São Paulo atua nos segmentos de Turismo, Mecânica, Informática, Elétrica, Eletrônica e Construção Civil; oferecemos as licenciaturas em Física, Geografia, Química, Matemática e Ciências Biológicas; as engenharias em Construção Civil, Automação e Produção Mecânica; os cursos de especialização *lato sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em Planejamento e Gestão de Empreendimentos na Construção Civil, em Formação de Professores com Ênfase no Ensino Superior, em Tecnologias e Operações em Infraestrutura da Construção Civil, em Controle e Automação, em Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído, em Aeroportos - Projeto e Construção e o Programa de Mestrado Profissionalizante em Automação e Controle de Processos.

Além dos cursos superiores, o *campus* oferta cursos profissionalizantes de nível médio integrado, voltados para a área de Educação Tecnológica, e ainda o PROEJA, ensino de nível médio integrado à formação de Técnico em Qualidade.

Dessa maneira, as peculiaridades da pequena escola, criada há quase um século e cuja memória estrutura sua cultura organizacional, vem sendo alteradas nos últimos anos por uma proposta que pretende articular cada vez mais a formação de profissionais e a transformação da sociedade.

Como centro criador de ciência e tecnologia e com a vasta experiência e competência acumuladas em sua extensa trajetória, o IFSP tem capacidade para proporcionar aos seus estudantes uma visão crítica do conjunto do sistema e do processo produtivo e para contribuir com a educação brasileira de modo a desvinculá-la dos instrumentos de dominação próprios ao mundo globalizado, praticando a Educação como efetivo fator de desenvolvimento humano e social.

Em 2010, o *campus* São Paulo realizou, pela primeira vez, eleições diretas para Diretor-Geral, com a participação de professores, estudantes e técnicos administrativos, sendo eleito o Prof. Carlos Alberto Vieira.

Rumo ao avanço em suas metas, em 01/09/2010 o IFSP iniciou o programa PROEJA-FIC pelo oferecimento do curso de Pintura em Paredes de Alvenaria, com duração de dois anos e do qual participam os municípios de Osasco, Francisco Morato, Itapevi e São Bernardo do Campo.

O espaço físico do *campus* São Paulo abriga 16 laboratórios de Informática, dois laboratórios de Geografia, um laboratório de Turismo, seis laboratórios de Física, 13 laboratórios de Mecânica, nove laboratórios de Elétrica, seis laboratórios de Eletrônica e Telecomunicações e dez laboratórios de Construção Civil, e turmas de outros cursos podem beneficiar-se da utilização destes espaços.

A estrutura física do *campus* São Paulo abriga espaços administrativos e de uso acadêmico dedicados ao atendimento de estudantes e servidores, e mais quatro salas de redação, duas salas de desenho, três salas de projeção, 60 salas de aulas tradicionais, três auditórios para 180, 130 e 80 pessoas e uma biblioteca, além de ambientes apropriados para a prática da educação física e desportos, como uma pista de atletismo, um campo de futebol gramado, um campo de futebol de areia, quatro quadras poliesportivas, uma sala para condicionamento físico e dois vestiários.

3 JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO

O curso de especialização em Formação Continuada de Professores será oferecido pelo Instituto Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, na modalidade de curso presencial e está inserido, segundo categorização feita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, na área de EDUCAÇÃO - subárea ENSINO-APRENDIZAGEM (70804001).

São muitas as pesquisas, tanto no cenário nacional como internacional, que propiciaram a configuração da formação do professor como um campo de estudos específico e profícuo. Essas pesquisas estão fundamentadas em diferentes áreas, mas principalmente, na Psicologia, na Sociologia, na Filosofia, na Linguística e nas áreas específicas de formação do professor. Além disso, destaca-se o nível de ensino a que se destina a formação e se a mesma se dá como formação inicial ou continuada.

Naturalmente, essas pesquisas apresentam diferentes fatores que vem contribuindo para o fortalecimento desta área de estudos, dentre eles, podemos destacar as diferentes propostas curriculares para a formação do professor, tanto no que se refere à produção de novas seqüências de ensinamentos, de diferentes metodologias de abordagem em sala de aula e de diferentes formas de avaliar o processo ensino-aprendizagem.

Ao mesmo tempo da consolidação dessa área de pesquisa, nossa realidade educacional aponta, de um lado, para uma reconhecida formação deficiente de professores nas diferentes áreas de conhecimento e de outro, resultados negativos nas macro-avaliações feitas pelos alunos, incluindo em diversas modalidades profissionais como Direito, Medicina e mesmo a Formação do Professor da Escola Básica. Aponta também, para uma nítida e manifesta procura, por parte dos professores de formação básica, de alternativas de educação continuada, de aperfeiçoamento dos seus conhecimentos, com o propósito de tornarem suas práticas educativas, como formadores, mais efetivas.

Está, assim, exposta, a necessidade de se contribuir com a educação nacional, propiciando ambientes onde o professor formador possa investigar e refletir sobre sua prática em sala de aula, fundamentado em teorias que promovam reflexões a respeito do processo ensino e aprendizagem de diversas áreas de conhecimento. Em consequência, constituíram-se como pressupostos da proposta os seguintes quesitos:

- Necessidade de formação continuada de professores para a docência na educação básica.
- Colaboração para a construção de identidade docente na Educação Básica.
- Expansão acelerada do Ensino.

4 OBJETIVOS

a. Objetivo Geral

O objetivo principal do curso é a aquisição de conhecimentos adicionais à formação de professores, com rigor acadêmico e relevância para as competências na prática profissional, no nível da Educação Continuada. O curso deverá ter como focos principais o ensino, a aprendizagem, o currículo, a academia e o sistema educativo. Deverá também contribuir efetivamente para a evolução do sistema de ensino, seja pela ação direta em sala de aula, ou por ações nos diferentes espaços educativos.

b. Objetivos Específicos

1. Desenvolver competências relacionadas à prática educacional com o intuito de contribuir para a melhoria do ensino e para o desenvolvimento de um campo de pesquisa em educação científica, alicerçado em projetos que envolvam a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e o uso de tecnologia no processo de ensino-aprendizagem.
2. Discutir o significado ético social e pedagógico do papel do professor na educação básica, seus valores, atitudes e conhecimentos históricos políticos e sociais, psicológicos, didáticos e metodológicos importantes para sua atuação.
3. Desenvolver condições metodológicas e cognitivas para a construção de conhecimentos sistemáticos sobre as várias modalidades da ação docente, sua natureza e significado, o papel e a atuação na educação básica.
4. Refletir sobre as diversas concepções de escola, importantes para a formação do professor e de processos como o de implementação e implantação de propostas curriculares, oferecendo um espaço para a articulação e a investigação sobre a Educação Básica do país.

5. Propiciar ao professor um ambiente para a reflexão sobre suas práticas educativas, tendo como base pesquisas na área da educação básica.

O aluno/ futuro docente deverá ser capaz de:

- Mobilizar, integrar, compartilhar conhecimentos, recursos e habilidades, que agreguem valor à escola, à sociedade e ao próprio indivíduo;
- Comunicar-se adequadamente em sala de aula, utilizando recursos/estratégias adequados;
- Facilitar e desenvolver idéias através da discussão e do trabalho colaborativo;
- Utilizar novos tópicos de discussão ou abordagens alternativas;
- Conhecer e usar as novas tecnologias a serviço da aprendizagem;
- Formar professores que sejam profissionais dinâmicos, aptos para a geração de conhecimento e para as relações interpessoais;
- Conhecer e discutir os parâmetros e contrastes da escola pública e privada do Brasil.

5 PÚBLICO-ALVO

O curso destina-se a professores de Educação Básica da rede pública da cidade de São Paulo. Tratando – se de um curso de educação continuada, o candidato ao curso deverá comprovar por meio do processo de seleção, qualificação acadêmica e aptidão para estudos desta modalidade de especialização. É requisito básico a apresentação de certificado de conclusão de curso de licenciatura.

As inscrições para o processo de admissão de candidatos para este curso serão abertas por meio de Edital de Seleção específico.

6 CONCEPÇÃO DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso deverá ter caráter de preparação profissional na área docente, focalizando o ensino, a aprendizagem, o currículo, a academia e o sistema educativo. Deverá também contribuir efetivamente para a evolução do sistema de ensino, seja pela ação direta em sala de aula, ou por ações em diferentes espaços educativos em que a atuação do professor está presente.

O projeto de curso surgiu das experiências do grupo de professores que fazem parte do grupo de pesquisa *Políticas Públicas e Formação de Professores: possibilidades e desafios*. Este grupo pretende refletir sobre a educação brasileira, partindo do pressuposto de que a sociedade espera alternativas do poder político na solução das diretrizes da educação, nas suas diversas etapas ou níveis de ensino, relativo às deficiências e faltas de soluções do sistema educacional.

Para tanto, este grupo/núcleo de pesquisa aponta alternativas e perspectivas na introdução de tecnologias avançadas para a educação básica e na articulação de segmento acadêmico adequados, na definição da realidade histórica e acesso ao progresso social e cultural da comunidade científica. Ora, isto significa dar a dimensão política, acadêmica na formação de professores (inicial e continuada), e deve ser condição de prática educativa, preparar cidadãos para a vida política na compreensão da totalidade social onde se insere. O ponto mais importante para justificar esta linha de pesquisa é o da definição de uma proposta desenvolvida para o contexto acadêmico, na busca de novas metodologias de trabalho como mediação didático-pedagógica, de forma descrita nos itens apropriados. O processo pedagógico e a epistemologia da educação não se circunscrevem à sala de aula, mas ao ambiente geral da instituição escolar. A partir do exposto, o desafio e o compromisso com os eixos relacionados a esta linha de pesquisa serão o ponto de partida para ultrapassar o nível de proposição para o nível de construção e realização da área de concentração - Educação, Cultura – Ciência e Tecnologia, e pensam a necessidade de uma nova forma de fazer a educação para a realidade brasileira.

O IFSP deve assumir o compromisso de articulação de sua filosofia acadêmica com as exigências de uma nova escola para a sociedade onde ele se insere como centro irradiador dos avanços educacionais e tecnológicos de pesquisa científica.

Para o propósito de delimitar e direcionar o ensino e a pesquisa, será adotada, como linha condutora da pesquisa, os conceitos de **Educação e Cultura, Ciência e Tecnologia na Formação Profissional**, como características de natureza educativa. Esses conceitos decorrem de uma exploração de condições de ensino-pesquisa que assegurem ao público alvo, principalmente aos docentes da IFE, a aquisição de repertório adequado e relevante na prática do exercício voltado à pesquisa científica e à sala de aula. Desse ponto de vista, serão eixos norteadores da discussão realizada no projeto proposto:

A) Docência na Educação Básica

Ênfase no postulado conceitual, teórico-metodológico e específico para cada área do conhecimento, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento metodológico dos estudos em educação, cultura, ciência e tecnologia.

Subtemas

1. Organização sistêmica do currículo;
- 1.2. Prática de ensino e estágio como campo de pesquisa educacional do licenciando;
2. Conhecimento profissional do professor;

2.1. Homologia entre prática formativa e atuação profissional do professor: pressupostos e contingências vicárias;

2.2. Didática dos conteúdos específicos temáticos na formação de professores.

B) Docência em Educação de Jovens e Adultos

Estudos voltados, especificamente, para a formação conceitual, teórico-metodológica, dos currículos da Educação Básica oferecidos na modalidade Jovens e Adultos, de forma integrada ou articulada à Educação Profissional. Sabemos que o público-alvo é constituído de “não-crianças”, dos excluídos da escola regular (Martha Kohl,1999) e geralmente é oriundo de determinados grupos sociais e culturais que exigem aplicação de metodologias diferenciadas, baseadas numa linha muito específica da psicologia do desenvolvimento, voltada para o ser humano adulto. O projeto prevê, entre outros estudos, a organização de um mapa de experiências educacionais positivas no trabalho com adultos e a identificação das competências cognitivas mobilizadas com sucesso, agregadas ao contexto social e cultural dos alunos.

C) Políticas Públicas, Educação e Cultura

Pesquisas baseadas no debate entre o inter-relacionamento das políticas públicas brasileiras, a epistemologia da educação e as correntes filosóficas subjacentes à cultura, que interferem na função pedagógica, analisando as premissas que orientam e fundamentam o desenvolvimento do profissional em educação na sua dimensão reflexiva e cidadã. Martin Carnoy (1999), por exemplo, é um teórico que vem demonstrando quanto a globalização interferiu nas reformas educacionais das últimas décadas e articula o fenômeno com fatores políticos, econômicos, culturais e educacionais, oferecendo um rico substrato para a compreensão da conjuntura econômica atual e suas interfaces com as diversas esferas da vida humana.

A globalização potencializa sua ação sobretudo em economias regionais e nacionais deficientes como a brasileira e apresenta consequências fundamentais para o desenvolvimento dos sistemas de ensino que são pressionados a formar os “atores” que vão ocupar os diferentes “papéis” no mercado de trabalho nesse mundo globalizado. O autor citado discute que a globalização está tendo um efeito profundo na educação nos diferentes níveis e que esse efeito tende a ser maior no futuro quando as nações compreenderem completamente o papel fundamental que as instituições educacionais têm, não só na transmissão das habilidades requeridas na economia global, mas reintegrando os indivíduos em novas comunidades construídas ao redor da informação e do conhecimento.

7 COORDENAÇÃO

O coordenador do curso será um dos docentes da instituição, eleito pelos seus pares, que compõem o Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Formação de Professores e outros docentes que se juntarem à realização deste curso, quer como professores, quer como orientadores dos trabalhos finais de curso e deverá ter, preferencialmente a titulação de doutor, na área de Ensino, Ensino de Ciências, Educação, Linguagens e/ou Educação Matemática.

Coordenadora atual: Dra. Lília de Abreu Tardelli, doutora na área de Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUCSP).

8 CARGA HORÁRIA

Organização curricular INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO CAMPUS SÃO PAULO								Carga horária do curso	
ESTRUTURA CURRICULAR DA ESPECIALIZAÇÃO <i>LATO SENSU</i> EM FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES – ênfase na Educação Básica (Base Legal: Lei nº 9.394/1996.Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007)								470,5 h	
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES – ênfase na educação básica								Nº de semanas 19	
COMPONENTES CURRICULARES	cód. Sem.	cód. Compon. curricular.	Nº profº	Módulos - aulas/semana			Total de aulas	Total de horas	
				1º	2º	3º			
Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação	1º SEMESTRE	FFSQ1	1	2			2	28,5	
Epistemologia da Ciência e do Ensino		ECEQ1	1	2			2	28,5	
Política, Organização do Ensino e Concepções de Currículo.		POBQ1	1	2			2	28,5	
Metodologia do Trabalho científico		MTCQ1	1	2			2	28,5	
TOTAL							8	114	
Módulo II									
Fundamentos da Psicologia do Desenvolvimento e da Educação	2º SEMESTRE	FPEQ2	1		2		2	28,5	
Avaliação: Fundamentos, Ideologia e Realidade.		AIPQ2	1		2		2	28,5	
Didática		DEBQ2	2		3		3	42,75	
História da Educação		HEDQ2	1		2		2	28,5	
TOTAL							9	128,25	
Módulo III									
Metodologia e Prática de Ensino	3º SEMESTRE	MPEQ3	2			3	3	42,75	
Concepções Interativas do Ensino e Novas Tecnologias		IESQ3	1			2	2	28,5	
Fundamentos Epistemológicos da Formação de Professores		EFQ3	1			2	2	28,5	
Tópicos de Ensino e Aprendizagem na Educação Básica		EABQ3	1			2	2	28,5	
TOTAL							9	128,25	
TOTAL ACUMULADO EM AULAS					8	9	9	26	370,5
MONOGRAFIA								100	
TOTAL ACUMULADO DE HORAS								470,5	

Bloco A: Núcleo Básico

- Metodologia do Trabalho Científico.
- Epistemologia da Ciência e do Ensino.
- História da Educação.

Bloco B: Núcleo Específico

- Fundamentos epistemológicos da formação de professores.
- Tópicos de Ensino e Aprendizagem na Educação Básica.
- Metodologia e prática de ensino. (a disciplina é dividida entre professores de diferentes áreas, segundo a formação dos alunos)
- Avaliação: Fundamentos, Ideologia e Realidade.
- Didática

Bloco C: Núcleo Formação Educacional

- Política, organização do ensino e concepções de currículo.
- Concepções interativas do ensino e novas tecnologias.
- Fundamentos da psicologia do desenvolvimento e da educação.
- Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação.

Principais linhas de pesquisa

- Saberes docentes, relação com o saber e a formação de professores em diversas áreas.
- Abordagens históricas e filosóficas no ensino e aprendizagem d o ensino básico.
- Tendências na formação de professores.
- Currículos, políticas para a educação.

9 PERÍODO E PERIODICIDADE

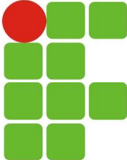
O curso será ofertado anualmente, enquanto houver demanda e interesse do IFSP em oferecê-lo.

Deverá ser cumprido em quatro semestres, sendo que os três primeiros com disciplinas presenciais e o quarto semestre dedicado à elaboração e apresentação da monografia.

Caso o aluno não consiga concluir o curso em quatro semestres, ele poderá solicitar a ampliação do prazo em mais um semestre. Para julgar a prorrogação deverá ser formada uma comissão por três pessoas, a saber o orientador do aluno, o coordenador do curso e mais um professor que tenha ministrado aula para o aluno durante a especialização. Se o pedido for recusado, o aluno será desligado do curso.

Cada disciplina terá a carga horária de 28,5 horas, perfazendo um total de 114 horas por semestre e de 442 horas no total, já acrescido de 100 horas dedicadas à elaboração da monografia. Caso haja necessidade de reposição de aulas, essa deverá acontecer em comum acordo entre os alunos e professor. Na falta de acordo a reposição será de sábado no período matutino.

10 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p>CAMPUS SÃO PAULO</p> <p><i>São Paulo</i></p>
---	--

1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Pós-Graduação em Formação Continuada de Professores	
Componente curricular: Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação	Código: FFSQ1
Ano/ Semestre: 2011	Nº aulas semanais: 02
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5h
2- EMENTA:	
Filosofia e Filosofia da Educação. Educação como problema filosófico. Pressupostos filosóficos que fundamentam as concepções de educação. A evolução das correntes sociológicas que constituem as bases teóricas para as práticas educacionais. Práxis educativa contemporânea. A Relação da escola com a sociedade e o Estado. Análise sociológica do fracasso escolar. Estrutura social e educação: reprodução social e transmissão de conhecimento.	
3-OBJETIVOS:	
Estudar a educação no Brasil de um ponto de vista filosófico e sociológico. Verificar os pressupostos filosóficos presentes nas diversas concepções de educação. Salientar o contexto social e sociológico em que está inserida a educação. Desenvolver a autonomia, o senso crítico através de instrumental de análise sociológica em relação aos aspectos macro-sociais (estado e políticas públicas) e micro-sociais (cotidiano educacional e escolar).	
4-CONTEUDO PROGRAMATICO:	
A- A infância e suas características sócio-históricas e culturais B - Questões de Sociologia da Educação: 1. Questões introdutórias 1.1 A socialização; 1.2 Relações entre saber e poder; 1.3 Educação escolar e educação não escolar; 1.4 Cultura, educação e conhecimento. 2 A escola brasileira no contexto de um país capitalista: 2.1 Brasil, país capitalista; 2.2 As idéias liberais e a escola; 2.3 A sociologia e a compreensão da realidade: a visão de educação em Durkheim; a visão de educação em Marx: reprodução ou mudanças das relações sociais; o cotidiano e a questão do trabalho; o cotidiano, a alienação e os preconceitos. 3 A realidade da educação brasileira: 3.1 Escola e renda; 3.2 Escola e trabalho; 3.3 Há uma só escola? 3.4 A organização da escola: burocracia como elemento disciplinador: administrativo tem precedência sobre o pedagógico; a submissão; a situação de medo; a burla; as situações de preconceito. 4 Educação e cidadania: 4.1 Relações entre estado e sociedade/educação; 4.2 Participação popular e controle do estado; 4.3 Relações entre movimentos sociais e educação. 5 Atividades complementares/diversificadas: Observação, inicialmente, a partir do senso comum e, posteriormente, de teorização, sobre aspectos da educação brasileira; vídeos sobre a realidade sócio-educacional brasileira.	

5-METODOLOGIAS:
Estudo e debates teórico-práticos em pequenos e grandes grupos; Reflexões em grande grupo, com conclusões pessoais a partir de vídeos; Elaboração e re-elaboração (quando solicitado) dos trabalhos apresentados durante o semestre, após comentários do professor sobre aspectos da educação brasileira, a ser elaborada em forma de monografia; Utilização de micro-vivências de sensibilização/interiorização e de integração grupal.
6- AVALIAÇÃO:
1.Participação relevante em aula, considerando a observação do professor em relação ao interesse, à assiduidade e à participação do aluno no pequeno e no grande grupo; resenhas e/ou conclusões grupais ou individuais; 2. Elaboração e re-elaboração do trabalho individual; 3.Uma avaliação descritiva, individual e com consulta facultativa, com o objetivo de realizar uma síntese, manifestando compreensão, análise e reflexão.
7 -BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CAMBI, Franco. <i>História da Pedagogia</i> . São Paulo: Editora UNESP, 1999. FREIRE, P. <i>Pedagogia do oprimido</i> . São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1998. HOBSBAWM, Eric J. <i>O novo século: entrevista a Antonio Polito</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
8-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ABRAMOVICZ, A. e MOLL, J.(org). <i>Para além do fracasso escolar</i> . Campinas: Papyrus, APPLE, Michael W. <i>Educação e poder</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. AQUINO, Júlio G. (org.). <i>Indisciplina na escola</i> . São Paulo: Summus, 1996. AQUINO, Júlio G.(org). <i>Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas</i> . SPaulo: Summus, 1998 AQUINO, Júlio G. <i>Diferenças e preconceitos na escola</i> . São Paulo: Summus, 1998 AQUINO, Júlio G.(org). <i>Erro e fracasso na escola</i> . São Paulo: Summus, 2001 BRANDÃO, Carlos R. <i>Educação popular</i> . São Paulo: Brasiliense, 1984. BRANDÃO, Carlos R. <i>O que é educação</i> . São Paulo: Brasiliense, 1981. CARVALHO, Marília Pinto de. <i>No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais</i> . São Paulo: Xamã, 1999. CARVALHO, Rosita Edler. <i>Temas em educação especial</i> . Rio de Janeiro: WVA, 1998 COLOMBIER, C.; MANGEL, G. e PERDRIault, M. <i>Violência na escola</i> . São Paulo: Summus, 1989. COSTA, Moacir. <i>Sexualidade na adolescência</i> . Porto Alegre: L&PM, 1986 DURKHEIM, E. <i>Educação e sociologia</i> . São Paulo: Melhoramentos, 1978. ENGUITA, Mariano F. <i>Trabalho, escola e ideologia</i> . Porto Alegre: Artmed, 1993 FORQUIN, Jean C. <i>Escola e cultura</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. FREIRE, Paulo. <i>Educação e mudança</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra,1982. FREIRE, Paulo. <i>Conscientização: teoria e prática da libertação</i> . São Paulo: Moraes, 1980. FREIRE, Paulo. <i>Ação cultural para a liberdade e outros escritos</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia do oprimido</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. FRIGOTTO, G. (org.). <i>Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século</i> . Petrópolis: Vozes, 1998. GATTI, b. a. <i>Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação</i> . Campinas, SP: AAAA, 1997 GADOTTI, Moacir. <i>Concepção dialética da educação: um estudo introdutório</i> . São Paulo: Autores Associados, Cortez Ed., 1983. GUARESCHI, Pedrinho. <i>A máquina capitalista</i> . Petrópolis: Vozes, 1988. GUIMARÃES, Áurea Maria. <i>A dinâmica da violência escolar</i> . Campinas: AAAA, 1996. GUIMARÃES, Áurea Maria. <i>Vigilância, punição e depredação escolar</i> . Campinas: Papyrus, 1988. KUENZER, Acácia. <i>Ensino de 2º Grau: o trabalho como princípio educativo</i> . São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1992. LELIS, Isabel A. O. M. <i>A formação da professora primária: da denúncia ao anúncio</i> . São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989. PATTO, Maria H. <i>A produção do fracasso escolar</i> . São Paulo: Queroiroz, 1991. PEREIRA, L. e FORRACHI, M. (org.) <i>Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação</i> . São Paulo: C. E. Nacional, 1973. PILETTI, Nelson. <i>Sociologia da educação</i> . São Paulo: Ática, 1988. SILVA, T. T. (org.). <i>Alienígenas na sala de aula</i> . Petrópolis: Vozes, 1995. SILVA, T. T. (org.). <i>Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

SILVEIRA, Flávio E. *Organizações e sociedade*. Porto Alegre :EDIPUCRS, 2003

TEDESCO, Juan Carlos. *Sociologia da educação*. São Paulo: Cortez Ed. e AAAA, 1985

TIBA, Içami. *Disciplina: limite na medida certa*. São Paulo: Gente, 1996.

VALLE, Edênio e QUEIRÓS, J. J. (org.). *A cultura do povo*. São Paulo: EDUC, 1982

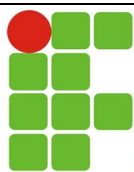
VIEIRA, Evaldo. *Sociologia da educação*. São Paulo: FTD, 1994.



CAMPUS

São Paulo

1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Pós-Graduação em Formação Continuada de Professores	
Componente curricular: Metodologia do Trabalho Científico	Código: MTCQ1
Ano/ Semestre: 2011	Nº aulas semanais: 02
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5h
2- EMENTA:	
A disciplina pretende introduzir o aluno no universo da pesquisa, apresentando diferentes métodos científicos e procedimentos didáticos para elaboração de uma monografia.	
3-OBJETIVOS:	
Estudar os métodos e técnicas que norteiam o trabalho científico. Elaborar projetos e relatórios de pesquisas. Aprender o passo a passo científico necessário para redigir uma monografia.	
4-CONTEUDO PROGRAMÁTICO:	
O conhecimento científico e o método científico. Pesquisa científica: natureza, tipologia e estrutura. A pesquisa quantitativa e a qualitativa. Pesquisa Bibliográfica: etapas e procedimento. Bases de dados bibliográficos e eletrônicos da área de Educação. A Internet como fonte de pesquisa. Trabalhos Científicos: relatórios, artigos, monografias e o projeto de pesquisa. Normalização do Trabalho Científico. (ISO e ABNT): sumário, resumos, numeração progressiva e citações no texto, expressões latinas, referências bibliográficas e eletrônicas.	
5-METODOLOGIAS:	
A disciplina constará de aulas expositivas com a utilização de recursos audiovisuais. Leitura e discussão de textos referentes ao conteúdo apresentado em aula. Acompanhamento dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelos alunos nas outras disciplinas. Considerando que se trata de uma disciplina introdutória, a metodologia a ser utilizada será voltada para a orientação grupal e individual buscando atender às necessidades dos alunos. Serão utilizados diferentes procedimentos de ensino tais como: exposições com ajuda de transparências, trabalhos em grupos e individuais e orientação dos relatórios e projetos.	
6- AVALIAÇÃO:	
O aluno será avaliado pela sua produção teórico-prática, efetivada nos grupos de trabalho, como também por meio de uma produção escrita individual.	
7 -BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
CHIZZOTTI, A. <i>Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais</i> . São Paulo: Ed. Cortez, 1991 DEMO, Pedro. <i>Educar pela pesquisa</i> . Campinas: Autores associados, 1996. LÜDKE, M. & ANDRÉ, M.E.D.A. <i>Pesquisa em educação. Abordagens qualitativas</i> . São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 1986.	
8-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
SEVERINO, A. <i>Metodologia do trabalho científico</i> . São Paulo: Cortez Editora, 2000. TRIVINOS, A.N.S. <i>Introdução à pesquisa em ciências sociais- a pesquisa qualitativa em educação</i> . São Paulo: Ed. Atlas, 2006. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <i>Fundamentos de metodologia científica</i> . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. MEDEIROS, João B. <i>Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas</i> . São Paulo: Atlas, 1991. SEVERINO, Antonio Joaquim. <i>Metodologia do trabalho científico</i> . 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.	



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

CAMPUS

São Paulo

1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Pós-Graduação em Formação Continuada de Professores	
Componente curricular: Epistemologia da Ciência e do Ensino	Código: ECEQ1
Ano/ Semestre: 2011	Nº aulas semanais: 02
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5h
2- EMENTA:	
Esta disciplina tem como função principal instrumentalizar o professor para o uso estratégias e abordagens de ensino de ciências e tecnologia com abordagens adequadas a este ensino, norteadas por novas concepções epistemológicas psicológicas (cognitivas) e didático-pedagógicas. Para alcançar os objetivos da disciplina ela será dividida em três unidades que se completam, complementam e interagem entre si: epistemologia da ciência, novas concepções no ensino de ciências e projeto de ensino de ciências temático usando as novas concepções de ensino de ciências para o ensino fundamental e médio.	
3-OBJETIVOS:	
Conhecer e utilizar as regras que norteiam um trabalho científico. Estudar a realidade a partir do viés científico. Refletir sobre a importância da ciência no mundo contemporâneo, procurando analisar suas implicações teóricas e práticas no âmbito da educação, uma vez que a escola se mostra como um espaço de produção do conhecimento.	
4-CONTEUDO PROGRAMÁTICO:	
O método científico e o processo educativo. A filosofia e sua relação com a práxis científica. A ciência e a problemática da compreensão da realidade: problemas gnosiológicos, metodológicos e axiológicos. A interdisciplinaridade do saber. O significado ideológico do trabalho científico. A ciência como processo histórico-social.	
5-METODOLOGIAS:	
As aulas constituintes deste curso devem ser dinâmicas e serão basicamente coordenadas pelos próprios alunos que farão apresentações do conteúdo que será visto através de artigos indicados pelo professor e bibliografia complementar pesquisada pelos próprios alunos. Quando requisitado, o professor deverá selecionar o material bibliográfico complementar. Os alunos devem optar pelos mais diversos recursos de ensino e aprender a usá-los.	
6- AVALIAÇÃO:	
A avaliação será dividida em 3 instrumentos: 1. Apresentações dos alunos 2. Resenhas temáticas 3. Monografia 4. Participação dos alunos	
7 -BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
CHALMERS, Alan. <i>O que é ciência afinal?</i> São Paulo: Editora Brasiliense, 2001. KUHN, Thomas S. <i>A estrutura das revoluções científicas.</i> São Paulo: Perspectiva, 1992. SANTOS, Boaventura de S. <i>Um discurso sobre as ciências.</i> Porto: Afrontamento, 1993.	
9-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. <i>O que é História da Ciência.</i> São Paulo: Brasiliense, 1994. BACHELARD, GASTON. <i>A formação do espírito científico.</i> Rio de Janeiro, Contraponto, 1996. _____. <i>O racionalismo aplicado.</i> Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. CACHAPUZ, ANTÔNIO, DANIEL GIL-PÉREZ, ANA MARIA PESSOA DE CARVALHO, JOÃO PRAIA, AMPARO VILCHES, EDS. <i>A Necessária Renovação do Ensino das Ciências.</i> São Paulo: Cortez, 2005. GAGLIARDI, R. "Cómo utilizar la historia de las ciencias en la enseñanza de las ciencias." <i>Enseñanza de las Ciencias</i> 6 (1988): 291-296.	

MARTINS, ROBERTO DE ANDRADE. "Sobre o papel da História da Ciência no Ensino." *Boletim da SBHC*, 9 (agosto, 1990): 3-5.

RATTANSI, PIYO. "History and philosophy of science and multicultural science teaching." In *Teaching the history of science*, ed. M. Shortland and A. Warwick, 118-125. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p>CAMPUS</p> <p>São Paulo</p>
---	---------------------------------------

1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Pós-Graduação em Formação Continuada de Professores	
Componente curricular: Política, Organização do Ensino e Concepções de Currículo.	Código: POBQ1
Ano/ Semestre: 2011	Nº aulas semanais: 02
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5h
2- EMENTA:	
<p>Analisa a formulação das políticas sociais numa perspectiva histórico-social, sua função na sociedade capitalista e as inter-relações com a educação. Estuda as políticas educacionais como políticas públicas de natureza social no contexto da globalização e das reformas neoliberais e as implicações para a formação de professores. A questão do planejamento curricular. O contexto histórico-social e o desenvolvimento do currículo. A constituição do campo Curricular no Brasil. Questões contextuais e o texto curricular. Tendências atuais no campo do currículo. Políticas Curriculares: Referenciais, Parâmetros, Diretrizes Curriculares. O processo de construção do currículo e sua implementação nas instituições.</p>	
3-OBJETIVOS:	
<p>Analisar as questões educacionais numa perspectiva histórico-social. Estudar questões contextuais que envolvem a constituição do currículo no Brasil.</p>	
4-CONTEUDO PROGRAMATICO:	
<ul style="list-style-type: none"> • Políticas Públicas e Educação. • Políticas educacionais na atualidade. • Aspectos das políticas educacionais e a escola. • A estrutura administrativa da Educação. • A organização administrativa da Educação Brasileira. A lenta construção da cidadania no Brasil, salientado os conceitos de direitos civis, políticos e sociais do brasileiro e suas conseqüências na Educação, no ensino e na legislação da escola. • As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil). 	
5-METODOLOGIAS:	
<p>Aulas expositivas, Seminários Participativos, Análise e debate de textos. Pesquisa de temas para as aulas.</p>	
6- AVALIAÇÃO:	
<p>A avaliação será feita com base nas atividades escritas desenvolvidas durante o semestre (40%), no conceito participativo, debates e seminários expositivos (40%) e demais atividades práticas desenvolvidas e expostas (20%) para a composição da Média Semestral (MS).</p>	
7 -BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>LIBANEO, José Carlos et al. <i>Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização</i>. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>SAVIANI, D. <i>A nova lei da educação; trajetória, limites e perspectivas</i>. 9ª edição. Campinas: Autores Associados, 2004.</p> <p>FREITAG, B. <i>Escola, Estado & Sociedade</i>. São Paulo: Centauro. 2005.</p>	
9-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
<p>BRASIL, MEC. RESOLUÇÃO CNE/CP1 e CP02, de 18 de fevereiro de 2002. <i>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação</i></p> <p>SILVA, TEREZINHA M. N. <i>A construção do currículo na sala de aula: o professor como pesquisador</i>. São Paulo:EPU, 1990</p> <p>MORAIS, M. C. <i>O paradigma educacional emergente</i>. 6ª edição. Campinas: Papyrus, 2004.</p> <p>SAVIANI, D. <i>Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política</i>. 36ª edição. Campinas: Autores Associados, 2008.</p>	



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

CAMPUS

São Paulo

1- IDENTIFICAÇÃO

Curso: Pós-Graduação em Formação Continuada de Professores

Componente curricular: Didática

Código: DESQ2

Ano/ Semestre:2012

Nº aulas semanais:03

Total de aulas: 57

Total de horas:42,75h

2- EMENTA:

A disciplina trabalha as funções sociais da educação básica com foco no professor, no aluno, nas metodologias e recursos utilizados. Estuda as dimensões do processo didático na Educação Básica e seus eixos norteadores: ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. Analisa o planejamento do trabalho pedagógico e a relação pedagógica nos diversos contextos formativos.

3-OBJETIVOS:

Estudar os problemas educacionais específicos do ensino. Conhecer os princípios metodológicos do trabalho pedagógico.

4-CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

Campo contemporâneo da Didática: foco na Didática crítica. Origens do campo da Didática: histórico e constituição do campo. Relações conteúdo-método, teoria-prática, escola-sociedade, professor-aluno. O enfoque tecnicista e sua reapropriação contemporânea. Planejamento de ensino e avaliação. Didática e cultura. Técnicas de ensino.

Estratégias de Ensino

Recursos de Ensino

Processo de Avaliação

Planejamento de Ensino

Conceito de Planejamento

Planejamento Educacional e Planejamento de Ensino

Tipos, Etapas e Componentes Básicos do Plano de Ensino

Elaboração de Plano de Unidade e Plano de Aula

5-METODOLOGIAS:

Aulas expositivas, exercícios individuais e em grupo em sala de aula.

6- AVALIAÇÃO:

Presença e Participação em aula; Elaboração de cronograma de aula com a devida qualidade exigida; Exercícios em sala de aula.

7 -BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LIBANELO, J. C. *Didática*. São Paulo: Ed. Cortez, 1990.

CANAU, Vera (org). *Sociedade, educação e cultura(s)* – questões e propostas. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002

CANAU, Vera (org). *Cultura(s) e educação*. RJ: DP&A, 2005.

9-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE). RJ, DP&A, 2000. 4 VOLUMES.

ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE). RJ, DP&A, 2002. 4 VOLUMES.

LIBÂNELO, José Carlos. *Democratização da escola pública - a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1992.

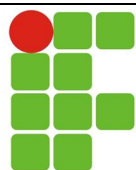
MARIN, Alda; SILVA, Aída Monteiro; SOUZA, Maria Inês Marcondes de (org.) *Situações didáticas*. Araraquara, JM Editora, 2003.

OLIVEIRA, Maria Rita S. N. (org.). *Didática: ruptura, compromisso e pesquisa*. Campinas: Papirus, 1993.

VEIGA, Ilma (org.). *Repensando a Didática*. Campinas: Papirus, 1990.

_____. *Técnicas de Ensino: por que não ?*. Campinas: Papirus, 1995.

_____. *Didática: o ensino e suas relações*. Campinas, Papirus, 1996.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

CAMPUS

São Paulo

1- IDENTIFICAÇÃO

Curso: Pós-Graduação em Formação Continuada de Professores

Componente curricular: História da Educação

Código: HEDQ2

Ano/ Semestre:2012

Nº aulas semanais:02

Total de aulas: 38

Total de horas:28,5h

2- EMENTA:

Objeto, método e teorias da história. História e história da educação. Fundamentos históricos da educação em geral. Compreensão investigativa de como a construção dos saberes surgiu e mostra a evidência de fundamentos que pode ser usada para a manutenção do poder e das relações de dominação social.

3-OBJETIVOS:

Estudar os fundamentos históricos e sociológicos da educação em geral.
Refletir sobre a origem da educação e a construção dos saberes, nas suas dimensões históricas e pedagógicas, visando à compreensão desde o surgimento da escrita até o desenvolvimento de processos pedagógicos

4-CONTEUDO PROGRAMATICO:

Evolução dos processos educacionais como um aspecto da história da cultura. Fontes relevantes para a pesquisa e estudo da história da educação. Seleção dos fatos educativos. Valor dos estudos da história da educação.

A educação nas sociedades pré-letradas. A educação como processo co-natural ao homem. A intenção educativa dos povos pré-letrados: caráter assistemático da educação.

A educação na antiguidade clássica: Grécia: as origens homéricas da educação clássica. Os ideais educativos espartanos e atenienses. Os sofistas e as lideranças democráticas.

Sócrates educador. A república e os ideais pedagógicos de Platão o cosmopolitismo da educação helenística.

Roma: os ideais primitivos da educação romana. A influencia grega. Quintiliano e a formação do orador. A pedagogia do cristianismo.

A educação medieval: a patrística e sua contribuição para a pedagogia. Princípios e diretrizes da pedagogia escolástica. O surgimento e a evolução das universidades. A educação cavaleiresca: disciplina social.

A educação moderna: a renascença e o humanismo pedagógico. A reforma educacional protestante e a contra-reforma. A sociedade de Jesus e o "*ratio studiorum*".

A pedagogia realista do século XVII. A nova didática: Comenio. O racionalismo de descartes. O empirismo inglês. Locke.

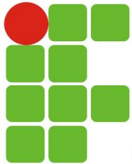
O século XVIII: o iluminismo e suas relações com a educação o conceito do iluminismo. A enciclopédia. A "resolução copernicana" na educação. Rousseau e o naturalismo pedagógico: "Emilio". A revolução francesa e a educação nacional.

As realizações educativas e sistematizações pedagógicas do século XIX...
Pestalozzi e o neo-humanismo social. O intelectualismo pedagógico de Herbert. Froebel e os jardins de infância. Spencer e o cientificismo pedagógico.

A educação no século XX: a experimentação pedagógica da atualidade.o método montessori. Os grandes teóricos da pedagogia ativista: j. Dewey e j. Piaget.

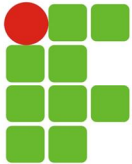
Tendências da educação contemporânea os organismos internacionais. Perspectivas para a escola do

futuro.
5-METODOLOGIAS:
Debates em pequenos e grandes grupos Seminários Resenhas
6- AVALIAÇÃO:
Avaliação integradora Seminários Leitura de livros indicados e de textos suporte Apresentação/entrega da pasta/compendio das atividades, resenhas, aplicações práticas e conteúdos abordados no semestre .
7 -BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CAMBI, Franco. <i>História da Pedagogia</i> . São Paulo: Editora UNESP, 1999. CATANI, Afrânio Mendes, <i>Reformas Educacionais em Portugal e no Brasil</i> . Belo Horizonte; Autêntica, 2000. MANACORDA, Mario A. <i>A História da Educação: da antiguidade aos nossos dias</i> . São Paulo: Cortez Autores Associados, 2001.
9-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
RIBEIRO, Maria Luisa Santos. <i>História da Educação Brasileira – a organização escolar</i> . São Paulo: Autores Associados, 2001. ROMANELLI, Otaíza Oliveira de. <i>História da Educação no Brasil: 1930 / 1973</i> . Petrópolis: Vozes, 1999. XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria L. e NORONHA, Olinda M. E. <i>História da Educação – A Escola no Brasil</i> . São Paulo: FTD, 1994. GONÇALVES, Diana e HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (orgs.). <i>Brasil 500 Anos: tópicos em história da educação</i> . São Paulo: EDUSP, 2003. KULMANN, JR., Moysés. <i>Infância e Educação no Brasil – uma abordagem histórica</i> . São Paulo: Saraiva, 2000.

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p>CAMPUS</p> <p>São Paulo</p>
---	---------------------------------------

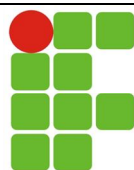
1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Pós-Graduação em Formação Continuada de Professores	
Componente curricular: Fundamentos da Psicologia do Desenvolvimento e da Educação	Código: EFPQ2
Ano/ Semestre: 2012	Nº aulas semanais: 02
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5h
2- EMENTA:	
Aspectos psicológicos da inter-relação professor-aluno. Pressupostos norteadores dos paradigmas sobre aprendizagem e desenvolvimento humano. Variáveis que influenciam na aprendizagem. Temas atuais em desenvolvimento humano e implicações para a educação.	
3-OBJETIVOS:	
Verificar a importância da inter-relação psicologia e educação. Estudar os paradigmas norteadores da aprendizagem humana.	
4-CONTEUDO PROGRAMÁTICO:	
<p>1.. PRINCÍPIOS GERAIS DE DESENVOLVIMENTO E A EDUCAÇÃO</p> <p>2. TEORIAS QUE FUNDAMENTAM O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO</p> <p>2.1- Contribuições da epistemologia genética à educação</p> <p>2.2- Contribuições da teoria psicanalítica à educação</p> <p>2.3- Contribuições das teorias sócio-antropológicas à educação</p> <p>3. O SUJEITO DA EDUCAÇÃO: INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA e VIDA ADULTA</p> <p>3.1- Estruturas do sujeito: aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores</p> <p>3.2- Educação, desenvolvimento e aprendizagem: influências sócio-culturais</p> <p>3.3- A educação do sujeito em desenvolvimento: etapas</p> <p>4. DESENVOLVIMENTO HUMANO E TEMAS TRANSVERSAIS</p>	
5-METODOLOGIAS:	
Atividades expositivas dialogadas; estudos de textos e discussões; trabalho em pequeno e grande grupo; pesquisa bibliográfica; pesquisa de campo; seminários.	
6- AVALIAÇÃO:	
A avaliação será processual devendo ocorrer em todos os momentos do desenvolvimento da disciplina, podendo, assim, os processos de ensino e aprendizagem serem retomados. Serão considerados para fins de compreensão sobre o aprender dos alunos: a participação nas discussões, o envolvimento nos trabalhos propostos, a construção dos trabalhos individuais, a realização das leituras, a apresentação de trabalhos. No decorrer do semestre serão solicitadas provas, trabalhos individuais e de grupos, onde os critérios de avaliação compreendem: a expressão clara de idéias, a identificação dos principais conceitos trabalhados, a capacidade de estabelecer relação entre os conteúdos aprendidos e situações práticas analisadas de forma autônoma.	
7 -BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>FÁVERO, Maria Helena. <i>Psicologia e conhecimento</i>. Brasília: Editora UnB, 2005.</p> <p>OLIVEIRA, Martha Kohl de. <i>VYGOTSKY: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio histórico</i>. São Paulo: Scipioni, 1993.</p> <p>ROMÃO, José E. <i>Pedagogia dialógica</i>. São Paulo: Cortez Ed. E Instituto Paulo Freire, 2002.</p>	
9-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
<p>COLL, César; PALACIOS, Jesus & MARQUESI, Álvaro. <i>Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da Educação</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. V. 2.</p> <p>EIZIRIK, Claudio. <i>O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica</i>. Porto Alegre: ARTMED, 2001.</p> <p>ERIKSON, Erik. <i>O ciclo de vida completo</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</p> <p>PIAGET, Jean. <i>Seis estudos de Psicologia</i>. 24ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.</p>	

WADSWORTH, Barry. *O desenvolvimento da inteligência e da afetividade da criança*. São Paulo: Pioneira, 1998.

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p>CAMPUS</p> <p><i>São Paulo</i></p>
---	--

1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Pós-Graduação em Formação Continuada de Professores	
Componente curricular: Avaliação: Fundamentos, Ideologia e Realidade	Código: AIPQ2
Ano/ Semestre: 2012	Nº aulas semanais: 02
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5h
2- EMENTA:	
<p>Segundo a evolução das tendências educacionais recentes, tenta-se demarcar um quadro de referências que sirva de base para uma reelaboração crítica da avaliação do ensino/aprendizagem. Examina-se a função ideológica da avaliação no sistema educacional, suas relações com o trabalho docente como um todo, bem como a questão do desenvolvimento de procedimentos alternativos de avaliação para uma escola inserida em uma sociedade de classes. A principal finalidade da disciplina é abordar a questão da avaliação do ensino, de sistemas e institucional a partir de um enfoque crítico, permitindo a compreensão das relações entre escola e sociedade e o papel que a avaliação tem neste contexto. Com esta base teórica, pretende-se examinar a relação entre a avaliação, a organização do trabalho da escola e o trabalho como princípio educativo. Procura-se desenvolver a categoria da avaliação ao conjunto das categorias explicativas do ato de educar.</p>	
3-OBJETIVOS:	
<p>Estudar a função ideológica da avaliação de sistemas e institucional no contexto educacional. Capacidade de articular ensino e pesquisa na produção do conhecimento e na prática pedagógica. Ter compromisso com uma ética de atuação profissional e com a organização da vida em sociedade. Saber elaborar, executar e avaliar planos de ação pedagógica que expressem o processo de planejamento desenvolvido na instituição. Compreender a necessidade de avaliação permanente do desempenho dos alunos e do sistema de ensino como um todo. Oferecer condições que possibilitem ao aluno posicionar-se criticamente frente ao campo de avaliação no sistema de ensino.</p>	
4-CONTEUDO PROGRAMATICO:	
<p>I – Avaliação: conceitos, princípios e funções. II – Avaliação: da aprendizagem escolar; educacional e do aluno. III – Avaliação no ensino fundamental e médio. Avaliação mediadora.</p>	
5-METODOLOGIAS:	
<p>Debates em pequenos e grandes grupos Seminários Resenhas Oficinas de análise de instrumentos de avaliação elaborados pelos alunos e por outros educadores e instituições. Pesquisa extraclasse para o enriquecimento das discussões diárias utilizando-se de publicações em jornais, livros, revistas e outras fontes.</p>	
6- AVALIAÇÃO:	
<p>Avaliação integradora, com base nas atividades desenvolvidas durante o semestre, em debates e seminários expositivos e demais atividades práticas desenvolvidas .</p>	
7 -BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>SOUZA, C.P. (Org) Avaliação do Rendimento Escolar. Campinas: Papyrus, 1991. SOUZA, S.Z.L. A prática avaliativa na escola de primeiro grau. In. Souza, C.P. (Org) Avaliação do Rendimento Escolar. Campinas: Papyrus, 1991, pg. 83 a 106 LUDKE, M e MEDIANO, Z. (coords) Avaliação na escola de primeiro grau: uma análise sociológica. Campinas, Papyrus, 1992.</p>	
9-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
<p>DEMO, Pedro. Avaliação e democracia. In.: <i>Revista ABC educatio: a revista da educação</i>. Ano 4, nº 22, São Paulo: Criart, 2003. p. 28-32.</p>	

ESTRELA, Maria Tereza, LABANO. *Avaliação em educação*. Porto Alegre: Porto, 1996.
HADJI, Charles. *A avaliação desmistificada*. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2001.
RONCA, Paulo Afonso Caruso; TERZI, Cleide do Amaral. *A prova operatória*. 15 ed. São Paulo: EDESPLAN, 1991.
SILVA, Rose Neubauer, DAVIS, C. “Avaliação educacional – é proibido repetir” In.: *Revista Carlos Chagas*. São Paulo, nº 7, p.120-138.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

CAMPUS

SÃO PAULO

1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Pós-Graduação em Formação Continuada de Professores	
Componente curricular: Metodologia e Prática de Ensino	Código: MPEQ3
Ano/ Semestre: 2012/02	Nº aulas semanais: 03
Total de aulas: 57	Total de horas: 42,75h
2- EMENTA:	
Importância do conhecimento das técnicas e da metodologia didática. Conhecimento e domínio dos recursos audiovisuais. Conhecimento das metodologias de aprendizagem e fomento à busca do conhecimento. Metodologias de avaliação de conhecimentos.	
3-OBJETIVOS:	
Conhecer e estudar as diversas técnicas e metodologias didáticas, inclusive audiovisuais.	
4-CONTEUDO PROGRAMÁTICO:	
1-Estudo de metodologias de ensino aplicáveis ao ensino fundamental e médio. 2- Estudo das variáveis que interferem no processo de ensino aprendizagem dentro do espaço escolar: políticas educacionais, teorias pedagógicas, tendências historiográficas, formação profissional dos professores, corpo técnico da escola, expectativas da sociedade e da família em relação à escola, comportamento do corpo discente, etc. 3- A contribuição dos recursos áudios-visuais, da informática, das tecnologias educacionais e de linguagens alternativas, para o trabalho docente. 4- Atividades de reconhecimento do espaço escolar e verificação das formas como os itens anteriores se manifestam no mesmo.	
5-METODOLOGIAS:	
Aulas expositivas e práticas. Trabalhos de pesquisa individual e em equipe. Análise de textos para debates e estudos dirigidos.	
6- AVALIAÇÃO:	
As avaliações serão no decorrer do processo, valorizando aspectos qualitativos sobre os quantitativos, levando em conta a frequência, interesse, participação e a socialização em sala de aula.	
7 -BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
MOURA, M.O . A atividade de ensino como ação formadora. In: CARVALHO, Anna M. P. e CASTRO A . D. <i>Ensinar a ensinar</i> . Ed. Thomson. São Paulo, 2001. NÓVOA, A. <i>Os Professores e sua Formação</i> . Publicações Dom Quixote – Lisboa – 1997. GHIRALDELLI JR, Paulo. <i>Didática e teorias educacionais</i> . Rio de Janeiro: DPA Editora, 2002.	
8--BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
SACRISTÁN, J. Gimeno. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: <i>Profissão professor</i> . Porto Editora, Porto, PT, 1995. TARDIF, Maurice. <i>Saberes docentes e formação profissional</i> . Ed. Vozes, R.J., 2002..	



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

CAMPUS

São Paulo

1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Pós-Graduação em Formação Continuada de Professores	
Componente curricular: Concepções Interativas do Ensino e Novas Tecnologias	Código: IESQ3
Ano/ Semestre:2012	Nº aulas semanais:02
Total de aulas: 38	Total de horas:28,5h
2- EMENTA:	
<p>Abordagem contemporânea das novas tecnologias de comunicação. A digitalização como a base técnica das novas mídias derivadas da convergência da telefonia, da transmissão de dados, do rádio, da televisão e das redes de computador. A comunicação mediada por computador (CMC) como premissa teórica básica para a conceitualização das novas mídias digitais. A economia política como referencial teórico básico para a apreensão crítica das novas mídias digitais e seus mais recentes desenvolvimentos sócio-políticos, socio-econômicos e socioculturais. Internet, World Wide Web, Televisão Digital - vetores empíricos da disciplina.</p>	
3-OBJETIVOS:	
<p>Situar a sociedade da informação na história e identificar suas características no que tange à redefinição de papéis dos agentes da educação. Descrever os diferentes mitos que funcionam como fundamentos de resistência cultural à sociedade da informação; Enumerar os elementos desejáveis em um processo de formação de professores para sua integração à sociedade da informação; Identificar os temas recorrentes na discussão da interface educação-tecnologia; Refletir sobre o contexto atual em que vivemos, a chamada Sociedade da Informação, em especial sobre o papel da tecnologia nessa sociedade, esclarecendo os desafios que esse contexto coloca à nossa visão da educação e do papel da escola. Analisar em detalhe o paradigma da Educação como transmissão de informações (a herança cultural da sociedade ou da humanidade) e o papel central que ele dá aos conteúdos disciplinares como objeto da educação, ao ensino, como método, e ao professor, como ensinante e principal agente da educação. Analisar, em linhas gerais, as características gerais da nova escola, voltada para a promoção do desenvolvimento humano, modificando totalmente o paradigma anterior. Discutir a questão da construção de competências que pode ser organizada em torno dos quatro pilares: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a agir e a fazer, aprender a aprender. Discutir a metodologia de aprendizagem baseada em projetos.</p>	
4-CONTEUDO PROGRAMATICO:	
<p>Organização Escolar e as Tecnologias Educacionais</p> <p>Introdução aos Estudos de Educação à Distância</p> <p>Métodos e Técnicas no Uso das Novas Tecnologias</p> <p>Psicologia, Educação e as Novas Tecnologias</p> <p>Tutoria Online</p> <p>Fundamentos de Sistemas de Informação</p> <p>Infovia e a Globalização na Informática</p> <p>Histórico do uso da informática como auxiliar do processo ensino/aprendizagem. Situação atual da informática na educação no Brasil e no mundo.</p>	

O computador como ferramenta de construção do conhecimento.
Formas de utilização do Computador na Educação.
Cognitivismo e memória.
Os tipos de ambientes educacionais baseados em computador.
As implicações pedagógicas e sociais do uso da informática na educação.
O paradigma colaborativo.
Informática na educação especial.
Educação à distância.

5-METODOLOGIAS:

O desenvolvimento da disciplina tem como fundamento a articulação entre os momentos presenciais e não-presenciais de modo a possibilitar a unidade do processo ensino-aprendizagem, criando as condições indispensáveis para a integração entre alunos, professores e o conhecimento. Aulas em ambientes multimídia e laboratórios de informática.

6- AVALIAÇÃO:

Avaliação diagnóstica, continuada e cumulativa, com ênfase na interação docente-discente. Seminários e provas escritas.

7 -BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BELLONI, M. L. *Educação a distância*. 2ª edição. São Paulo. Autores Associados, 2001, 115 p.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 5ª edição. São Paulo. Paz e Terra, 1999, vol1

MORAN, J. M., MASETTO, M. T., BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação tecnológica*. 2ª edição. São Paulo: Papyrus, 2001.

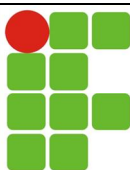
9-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PRETI, O. (org.) *Educação a distância construindo significados*. Cuiabá: NEAD/IE-UFMT, 2000.

RATNER, C. *A psicologia sócio-histórica de Vygotsky*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SAMPAIO, M. N. & LEITE, L. S. *Alfabetização tecnológica do professor*. Ed. Vozes, 1999.

SILVA, M. *Sala de aula interativa*. Quartet. Rio de Janeiro, 2000.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

CAMPUS

São Paulo

1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Pós-Graduação em Formação Continuada de Professores	
Componente curricular: Fundamentos Epistemológicos da Formação de Professores	Código: EFPQ3
Ano/ Semestre: 2012	Nº aulas semanais: 03
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5h
2- EMENTA:	
A disciplina pretende analisar os pressupostos epistemológicos que fundamentaram os diferentes períodos da construção do conhecimento científico e estuda a relação entre esses pressupostos epistemológicos e os critérios metodológicos de cientificidade.	
3-OBJETIVOS:	
Estudar os saberes docentes a partir de uma visão epistemológica e sua implicação na formação do professor.	
4-CONTEUDO PROGRAMÁTICO:	
1. As Ciências (empíricas, formais e humanas) e seus métodos: a) procedimentos metodológicos de construção do conhecimento e de resolução de problemas (contexto de descoberta e contexto de validação); b) natureza e função das teorias, das hipóteses, da base empírica e da interpretação intersubjetiva. 2. Natureza do conhecimento científico e sua relação com outras formas de conhecimento. 3. Aspectos éticos e político-administrativos do fazer ciência. 4. Diferentes concepções de ciência e o fazer educativo.	
5-METODOLOGIAS:	
Análise de textos, explicitação e discussão de conceitos, debates e seminários sobre questões/temas propostos. Elaboração de textos, pelos licenciandos, a partir dos temas em estudo.	
6- AVALIAÇÃO:	
O processo de avaliação será contínuo, realizado por meio de atividades escritas e orais, de forma individual ou em grupo.	
7 -BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
GARCÍA, Carlos Marcelo. <i>Formação de Formação-Para uma mudança educativa</i> . Porto Editora – 1999. GAUTHIER, Clermont ET AL. <i>Por uma teoria da pedagogia</i> . Ed. Unijuí, Ijuí, RS, 1998. GERALDI, CORINTA M .G., ET. AL. (org). <i>Cartografias do trabalho docente – professor (a) – pesquisador (a)</i> . Ed. Mercado das letras, Campinas, 2003.	
8-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
BACHELARD, Gaston. <i>O novo espírito científico</i> . Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985. MOURA, M.O . A atividade de ensino como ação formadora. In: CARVALHO, Anna M. P. e CASTRO A . D. <i>Ensinar a ensinar</i> . Ed. Thomson. São Paulo, 2001. BRAVO, R.S. <i>Ciências sociais – Epistemologia, lógica y metodologia: teoria y ejercicios</i> . Madrid, Paraninfo, 1984. SANTOS, Boaventura de Souza. <i>Um discurso sobre as ciências</i> . Porto, Afrontamento, 1987. SANTOS, Boaventura de Souza. <i>Introdução a uma ciência pósmoderna</i> . São Paulo, Graal, 1989. SCHUSTER, Federico et al. <i>El oficio de investigador</i> . Buenos Aires, Homo Sapiens, 1995. FEITOSA, Vera Cristina. <i>Redação de textos científicos</i> . Campinas, Papyrus, 1995. CASTRO, Cláudio de Moura. <i>A prática da pesquisa</i> . São Paulo, McGrawHill, 1977.	

 <p data-bbox="310 212 605 275">INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<i>CAMPUS</i>
1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Pós-Graduação em Formação Continuada de Professores	
Componente curricular: Tópicos de Ensino e Aprendizagem na Educação Básica	Código: EASQ3
Ano/ Semestre: 2012	Nº aulas semanais: 03
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5h
2- EMENTA:	
A disciplina trabalha a prática docente vinculada às teorias educacionais e realiza uma discussão sobre os principais temas que envolvem a formação continuada de professores da educação básica., por meio dos projetos de pesquisa elaborados pelos educandos.	
3-OBJETIVOS:	
Estudar e discutir a interrelação entre as teorias da educação e a prática docente. Aprofundar a reflexão da análise crítica para a produção do conhecimento, de modo a expressar os fundamentos epistemológicos das pesquisas na área educacional.	
4-CONTEUDO PROGRAMÁTICO:	
Atividades interdisciplinares para articulação entre os conhecimentos estudados na academia e a realidade sócio-educacional. Contexto sócio-econômico e cultural do entorno escolar. Investigação e interferências das concepções e condições sociais e educacionais da escola.	
5-METODOLOGIAS:	
Organização de projetos de trabalho Discussão de textos Análise de situações reais de ensino	
6- AVALIAÇÃO:	
O processo de avaliação será contínuo, realizado por meio de atividades teóricas e práticas. Entrega de relatórios trimestrais e final.	
7 -BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
CAPPELLETTI, Isabel F. LIMA e Luiz A. N. (orgs.) <i>Formação de educadores: pesquisas e estudos qualitativos</i> . São Paulo: Olho D'água, 1999. MOURA, M.O . A atividade de ensino como ação formadora. In: CARVALHO, Anna M. P. e CASTRO A . D. <i>Ensinar a ensinar</i> . Ed. Thomson. São Paulo, 2001.	
9-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli. <i>Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas</i> . São Paulo: EPU, 1986. GARCIA, R. L. (org) <i>Método: pesquisa com o cotidiano</i> . Rio de Janeiro, DP&A, 2003. NÓVOA, A,(Coord.). <i>As organizações escolares em análise</i> . Lisboa: Publicações Dom Quixote Ltda, 1992. LIMA, L. C. <i>A escola como organização educativa</i> . São Paulo: Cortez, 2001.	

11 Corpo Docente

O corpo docente será formado por professores do grupo de pesquisa em virtude da própria gênese do curso, porém é objetivo desta proposta que outros professores de diferentes

áreas possam aderir ao curso tanto como professores como orientadores dos trabalhos monográficos, dado o caráter multidisciplinar de sua concepção. A seguir estão relacionados os docentes que fazem parte do Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso.

NOME	REGIME	ÁREA	TITULAÇÃO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
Lília Santos Abreu Tardelli	RDE	CCL	Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem	Professora de Ensino Fundamental, Superior e Pós- Graduação há 17 anos
Fátima Beatriz De Benedictis Delphino	RDE	CCL	Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem	26 anos de docência na Educação Básica, Superior e Pós- Graduação
Cynthia Regina Fischer	40h	CCL	Doutora em Linguística aplicada e Estudos da Linguagem	Professora do Ensino Médio e Superior há 20 anos
Armando Traldi Jr.	40h	CCT	Doutor em Educação Matemática	Professor de Educação Básica há 21 anos e 8 anos de Ensino Superior

12 METODOLOGIA

A formação de profissionais da educação básica deve ter como fundamento metodológico a associação entre teorias e práticas. Esta associação se dá de forma não hierárquica, ora a prática lapida a teoria, ora a teoria lapida a prática. Assim sendo a formação do professor deve se dar em condições didático-pedagógicas que favoreçam esta associação entre teorias e práticas tanto do ponto de vista dos conhecimentos específicos como dos pedagógicos.

Algumas formas de ensino e aprendizado já se estabeleceram como eficazes na construção da relação teoria e prática, em determinados níveis de aprendizado, como por exemplo: interdisciplinaridade, contextualização, transdisciplinaridade e análises de problemas vinculadas a propostas de ações. Elas precisam estar presentes no decorrer da formação, quer seja para utilizá-las, quer seja para investigá-las. Portanto, a base do curso será a reflexão sobre situações reais vividas pelos professores (e/ou participantes do curso) em suas experiências profissionais, e em situações fictícias que promovam a reflexão sobre a ação fundamentada em teorias e pesquisas da área da educação.

13 INTERDISCIPLINARIDADE

A atitude interdisciplinar diz respeito à constituição da competência de articulação dos saberes específicos de uma determinada área à totalidade do espectro de conhecimentos. No âmbito da formação do professor, ela se relaciona com a capacidade de “*compreender o papel do recorte específico da sua disciplina na área de organização curricular em que se insere*”⁵, bem como na elaboração e execução de projetos e atividades que favoreçam abordagens integralizadoras do saber.

O fenômeno da interdisciplinaridade como instrumento de resgate do ser humano com a síntese projeta-se no mundo todo. Mais importante que conceituar é refletir a respeito de atitudes que se constituem como interdisciplinares. A dificuldade na sua conceituação surge porque ela está pontuada de atitudes e não simplesmente em um fazer; entretanto, precisa ser bem compreendida para que não ocorram desvios na sua prática, nesse sentido, é necessário refletir sobre as reivindicações que a geraram e sobre suas origens sendo esse o exercício a que deve se dispor para pensar o ser humano e as coisas do mundo.

A prática interdisciplinar pressupõe uma desconstrução, uma ruptura com o tradicional e com o cotidiano tarefairo escolar. O professor interdisciplinar percorre as regiões fronteiriças flexíveis onde o “eu” convive com o “outro” sem abrir mão de suas características, possibilitando a interdependência, o compartilhamento, o encontro, o diálogo e as transformações. Esse é o movimento da interdisciplinaridade caracterizada por atitudes ante ao conhecimento.

⁵ Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

14 TECNOLOGIA

É objetivo do grupo de professores oferecerem componentes curriculares deste curso à distância, mas isto somente será possível quando o IFSP disponibilizar uma plataforma de trabalho e ferramentas adequadas.

No entanto, o terceiro módulo do curso requer uso de equipamentos multimídia e laboratórios de informática para o componente curricular Concepções Interativas sobre a educação básica e as novas tecnologias.

15 INFRAESTRUTURA FÍSICA

Segundo o último Relatório de Gestão, o Campus São Paulo está localizado estrategicamente na cidade de São Paulo, a maior cidade do país, no tradicional bairro do Canindé, em local de fácil acesso, próximo à Estação Armênia do Metrô e ao Terminal Rodoviário do Tietê, ocupa uma área de 57.448,00 m², dos quais 35 mil m² construídos e 15 mil m² projetados para construção. Esta unidade oferece todos os níveis de Educação Profissional, Formação de Professores e Ensino Médio, além de Cursos de Extensão e de Capacitação Profissional.

Apresenta infra-estrutura composta de:

- 59 salas de aula tradicionais;
- Três auditórios (para 180, 130 e 80 pessoas);
- Cinco Salas de Projeção (uma para 80, duas para 60 e duas para 40 pessoas) com recursos audiovisuais para filmes, slides, transparências, videocassete, retroprojeter, computadores, projetor, etc;
- Biblioteca multi-área;
- 16 laboratórios de Informática integrados em rede e na internet;
- Sete salas de Desenho;
- Três laboratórios de Física;
- Dois laboratórios de Química;
- Um laboratório de Biologia;
- Dois laboratórios de Geografia;
- Quatro laboratórios de Redação;
- Laboratório de Práticas Didáticas;
- Laboratório de Materiais de Construção;
- Laboratório de Medidas Elétricas;
- Laboratório de Máquinas Elétricas;
- Laboratório de Eletrônica;

- Laboratório de Telecomunicações;
 - Laboratório de Ensaios Tecnológicos;
 - Laboratório de Metrologia;
 - Laboratório de Metalografia;
 - Laboratório de Tecnologia Mecânica;
 - Laboratório de Usinagem em Coordenadas;
 - Laboratório de Refrigeração e Ar Condicionado;
 - Laboratório de Controle CNC;
 - Laboratório de Manufatura (célula);
 - Laboratório de Turismo;
 - Canteiro de Prática de Construções;
 - Laboratório de Instalações Hidráulicas e Elétricas;
 - Laboratório de Instalação de Gás;
 - Laboratório de Concreto;
 - Oficina de Prática Profissional Eletrotécnica;
 - Oficina de Prática Profissional Eletrônica;
 - Oficina de Prática Profissional Telecomunicações;
 - Oficinas de Produção Mecânica (tornearia);
 - Oficinas de Produção Mecânica (frenagem);
 - Oficinas de Produção Mecânica (retificadoras);
 - Oficinas de Produção Mecânica (máquinas especiais);
 - Oficinas de Produção Mecânica (solda elétrica);
 - Oficinas de Produção Mecânica (solda oxiacetileno);
 - Ambientes para Educação Física:
- Pista de Atletismo;
- Campo de Futebol;
- Quatro Quadras Poli-esportivas.
- Laboratório de Educação Musical;
 - Ateliê de Artes;
 - Estúdio de Rádio e TV;
 - Minitatro para Artes Cênicas;
 - Oficinas de Prática Profissional de Eletrotécnica, Eletrônica e Telecomunicações;
 - Laboratório de Topografia.

Espaços específicos para utilização dos alunos do curso de Letras:

- a) 01 Sala-ambiente de Literatura : 01 TV de 29 polegadas, 01 DVD, 50 carteiras, 01 lousa, 02 ventiladores, 01 mesa e 01 cadeira.
- b) 01 mini-auditório (transformação encomendada): 01 TV de 29 polegadas, 01 DVD, 50 carteiras, 01 lousa, 02 ventiladores, 01 mesa e 01 cadeira.
- c) 04 laboratórios de redação, cada um deles com 01 TV de 29 polegadas, 01 DVD, 05 mesas redondas, 20 carteiras, 01 lousa, 02 ventiladores, 01 mesa e 01 cadeira. d) 01 laboratório de línguas com 20 computadores (Inglês)

Atualmente, o Campus São Paulo apresenta cerca de 4 mil alunos matriculados nos seguintes níveis e modalidades: Cursos de Engenharia em Construção Civil e Controle e Automação, Licenciatura em Física, Licenciatura em Geografia, Matemática e Ciências da Natureza, Cursos Superiores de Tecnologia, Cursos Técnicos Concomitantes ou Subseqüentes ao Ensino Médio, Ensino Médio Integrado, Qualificação Profissional Básica e Pós-graduações de Gestão em Construção Civil, Formação de Professores e de Controle e Automação.

A oferta dos cursos busca atender às necessidades da Grande São Paulo compostas pelas cidades de São Paulo, Diadema, Santo André, São Bernardo, São Caetano, Osasco, Barueri, Carapicuíba, Jandira, Itapevi, Caieiras, Cajamar, Guarulhos, Suzano, entre outros municípios que compõem todo o entorno do município de São Paulo.

16 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

O número de vagas disponíveis será fixado pelo Edital de Seleção, não havendo, porém, obrigatoriedade de preenchimento de todas as vagas oferecidas. O processo anual de seleção será conduzido por banca constituída por pelo menos três membros do Corpo Docente do curso. Os documentos obrigatórios necessários para inscrição para o processo seletivo serão estabelecidos pelo Edital de Seleção, porém estes incluirão, pelo menos, os seguintes:

Formulário de inscrição devidamente preenchido;

Documentos de identidade com validade nacional;

Comprovante de conclusão do curso de graduação e licenciatura (diploma ou certidão de conclusão, caso a expedição do diploma se encontre em andamento);

Histórico escolar oficial do curso de graduação;

Curriculum vitae;

Carta de intenções abordando necessariamente os seguintes aspectos:

- 1) trajetória profissional e acadêmica;
- 2) motivações que levaram à escolha em se candidatar ao curso;
- 3) perspectivas profissionais e acadêmicas pretendidas após a conclusão do curso;
- 4) interesse específico do candidato, que servirá como base para o futuro trabalho de conclusão.

17 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

As formas de avaliação que permitirão mensurar o desempenho dos estudantes deverão seguir as Normas Acadêmicas da Pós-Graduação.

18 CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Os alunos deverão apresentar 75% de frequência para serem aprovados. As formas de controle de frequência são especificadas pelas Normas Acadêmicas da Pós-Graduação.

19 TRABALHO DE CONCLUSÃO

Os alunos deverão ficar sob a orientação de um dos docentes da instituição, com qualificação mínima de mestre, sendo eles professores do curso ou aqueles que se dispuserem à orientação e que serão selecionados a partir dos temas abordados nos projetos existentes. As atividades de orientação deverão indicar aos estudantes leituras pertinentes para o

desenvolvimento de sua investigação, assim como às eventuais indicações de atividades que podem contribuir com o processo de formação do aluno.

As normas específicas para a elaboração e apresentação do trabalho de conclusão serão as apresentadas na portaria específica, conforme as Normas Acadêmicas da Pós-Graduação Lato Sensu. Estão previstas 100 horas para desenvolvimento da monografia na organização curricular.

20 CERTIFICAÇÃO

O aluno obterá um certificado de especialista em Formação Continuada de Professores por meio da aprovação em todas as disciplinas (média 6,0 e 75% de frequência) e a entrega e análise do Trabalho de Conclusão de Curso em banca de professores.

O IFSP irá cancelar o certificado, observando as condições para sua emissão e as formas de controle da documentação nos termos da resolução CNE/CES Nº1/2007.

21 INDICADORES DE DESEMPENHO

Número de alunos certificados superior a 25.

Índice médio de evasão inferior a 15% de alunos matriculados.

Índice médio de alunos desistentes inferior a 15% de alunos matriculados.

Número de Trabalhos de Conclusão de Curso com média >7,0.

Publicações de docentes e discentes.

Participação de alunos e professores em Congressos, Seminários, Workshops e outras modalidades de reuniões de caráter científico.

22 RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

O item ainda não se aplica pelo fato de que a primeira turma ainda não concluiu seu período de estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNOY, Martin. *Globalization and educational reform: what planners need to know*. UNESCO-IIPE, Paris, 1999.

Oliveira, Marta Kohl de. *Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem*. XXII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1999.

BRASIL. [Lei nº 9.394/1996](#).

BRASIL [Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007](#)

BRASIL [Parecer CNE/CES nº 204/2007, aprovado em 17 de outubro de 2007](#)

BRASIL [Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007](#)

BRASIL [Parecer CNE/CES nº 263/2006, aprovado em 9 de novembro de 2006](#)

BRASIL [Resolução CNE/CES nº 12, de 18 de julho de 2006](#)

BRASIL [Parecer CNE/CES nº 160/2006, aprovado em 8 de junho de 2006](#)

BRASIL [Resolução CNE/CES nº 2/2005, de 9 de junho de 2005](#)

BRASIL [Parecer CNE/CES nº 122/2005, aprovado em 07 de abril de 2005](#)

BRASIL [Parecer CNE/CES nº 66/2005, aprovado em 24 de fevereiro de 2005](#)

BRASIL.MEC. [Resolução CNE/CES nº 24, de 18 de dezembro de 2002](#)

BRASIL.MEC. [Parecer CNE/CES nº 302/2002, aprovado em 9 de outubro de 2002](#)

BRASIL. MEC. [Parecer CNE/CES nº 79/2002, aprovado em 12 de março de 2002](#)

BRASIL. MEC. [Resolução CNE/CES nº 2, de 3 de abril de 2001](#)

BRASIL. MEC. [Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001](#)

BRASIL. MEC. [Parecer CNE/CES nº 142/2001, aprovado em 31 de janeiro de 2001](#)

BRASIL. MEC. [Resolução CNE/CES nº 3, de 5 de outubro de 1999](#)

BRASIL. MEC. [Parecer CNE/CES nº 617/99, de 8 de junho de 1999](#)

BRASIL. MEC. [Parecer CNE/CES nº 908/98, de 2 de dezembro de 1998](#)

BRASIL. MEC. [Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de Agosto de 1996](#)

BRASIL. MEC. [Parecer CNE/CES n.º 44/96, aprovado em 7 de agosto de 1996](#)